

Chamado pelo presidente do PMDB de uma iniciativa heróica, o Plano Bresser-FMI, que implanta o maior arrocho salarial da história, tem no movimento operário organizado o seu maior adversário.

Após um primeiro exame do pacote, a direção nacional da CUT propôs o dia 15 de julho como data indicativa para a realização de uma greve geral em todo o país. A CUT exige: não ao roubo de 30% dos salários; gatilho mensal automático; não pagamento da dívida externa; reforma agrária; aprovação dos direitos dos trabalhadores na Constituinte; diretas já.

O confronto está, pois, colocado na ordem do dia. É preciso mobilizar todas as forças, criar uma verdadeira barreira humana para impedir a vigência do Plano Bresser-FMI. Todas as direções, todos os núcleos e diretórios, todos os parlamentares do PT devem se integrar na direção deste esforço.

Mais do que reivindicações econômicas é a própria dignidade alcançada pelo movimento operário, com a CUT e o PT, que está em jogo. Assumindo a direção do combate das amplas massas ao governo, o PT deve já ir criando uma alternativa política a ele, organizando o lançamento de uma candidatura à presidência da República, assentada na organização e nos interesses do movimento operário e popular.

**Um primeiro balanço
das eleições metalúrgicas
de São Paulo**

(Pág. 5)

**Irangate/Contragate:
o submundo da política
americana**

(Págs. 10 e 11)

O PACOTE BRESSER-FMI

Maior arrocho salarial da história

Congelamento pra inglês ver

Impulso rumo à recessão

(Leia págs. 2 e 3)



A rendição ao FMI

O objetivo do pacote que implanta o maior arrocho salarial da história do país é acomodar a política econômica aos interesses do sistema financeiro internacional

Juarez Guimarães

Com a edição do Plano Bresser, o governo Sarney põe todas as suas cartas na mesa para vencer a crise que lhe morde os calcanhares. Se com a investida na defesa do seu mandato de cinco anos, Sarney conseguiu calar, pelo menos por um minuto, o questionamento político mais direto a seu governo que vinha crescendo no PMDB, com o Plano Bresser o governo pretende retomar as rédeas da economia.

Já se conhecia o sentido do Plano Bresser (ver **EM TEMPO**, nº 215). Ele consegue, porém, superar todas as expectativas. A sua pretensão é a de implantar o maior arrocho salarial da história do país, como já denunciou o presidente do Dieese, Walter Barelli. Delfim não faria melhor.

Podemos sintetizar rapidamente as principais características do Plano Bresser Pereira: *Em primeiro lugar, como dissemos, ele tem a pretensão de implantar o maior arrocho salarial da história do país.* Isto por cinco razões:

1 — Entre o fim do descongelamento e o Plano Bresser, o governo liberou completamente os preços. Esperou propositalmente que os salários fossem desvalorizados antes que um novo congelamento fosse decretado. Com isso, de novembro até maio, de acordo com o Dieese, os salários perderam em média 30% do seu valor real. O Plano Bresser pretende conservar esta perda, como o Plano Cruzado fez com o arrocho da ditadura.

2 — A eliminação do gatilho salarial e a adoção de uma medida de reajustes dos salários através da média inflacionária dos últimos três meses é claramente desfavorável ao trabalhador, na hipótese mais que provável da retomada da elevação da inflação após o descongelamento oficial. Este sistema de reajustes salariais implica sempre em perda quando a inflação é crescente.

3 — O resíduo inflacionário que todas as categorias acumulam a partir do disparo do gatilho não será incorporado aos salários durante o período do congelamento. Só será pago em seis parcelas a partir do descongelamento de preços, salários e tarifas. Por exemplo, o trabalhador com data-base em

dezembro, que ficou com um excedente inflacionário de 17,4% depois do disparo do gatilho de junho, só receberá este valor a partir de setembro, dividido em seis vezes.

4 — O governo decretou grandes elevações de preços para os combustíveis (13,1%), tarifas de energia elétrica (45%), telefone (33,8%), aço (32%), pão (35,7%), leite (26,7%). Junto com o anúncio do congelamento, houve uma remarcação generalizada dos preços. Ao que tudo indica, a inflação referente ao mês de junho superará os 20%. No entanto, de acordo com o ministro da Fazenda, o gatilho de julho (referente a esta inflação do mês de junho) não será disparado.

5 — Durante o período do congelamento (não está certo se durará 45 ou 90 dias), os assalariados terão que se haver com o ágio. O governo já demonstrou, todo mundo já sabe, que não se propõe a administrar o congelamento com fiscalização rigorosa e punição dos especuladores. O ágio, como se sabe também, não é incorporado nas estatísticas oficiais.

Impulso recessivo

Em segundo lugar, como todo receituário econômico conservador, o Plano Bresser propõe uma enorme capitalização das grandes empresas e bancos. Não apenas pelo arrocho salarial: a cizanda livre da remarcação dos preços favorece, é óbvio, às maiores empresas que têm maior controle do mercado. Ao congelar os preços no seu estágio atual, o governo penaliza os pequenos empresários rurais e urbanos, transferindo renda para os grandes grupos econômicos.

Os bancos, por sua vez, ganharão duplamente e consolidarão os enormes ganhos dos últimos meses, quando as taxas de juros se elevaram até 2000%, reduzirão o nível de inadimplência e, portanto, de perda com seus clientes. Os lucros extraordinários dos bancos não foram taxados pelo governo.

A terceira grande consequência do novo plano econômico é o seu caráter recessivo. Apesar da grande redução das vendas do comércio nos últimos meses, não se pode falar que já estejamos em uma recessão. De acordo com os dados do IBGE, nos primeiros quatro meses de 1987, a indústria cresceu 10,3%, comparado com o mesmo pe-

ríodo de 1986. No entanto, é nítida uma tendência de desaquecimento da economia: em março, tinha-se constatado um aumento na produção industrial de 3,9%; em abril, este crescimento foi de 1,7%.

O plano Bresser, ao decretar um arrocho salarial de tal profundidade e cortar fundo nos gastos e investimentos estatais, dá um verdadeiro empurrão nesta tendência recessiva que já se manifesta.

A lógica do Plano

Todo o significado do Plano Bresser só pode ser entendido à luz da política do governo Sarney em relação à dívida externa. Como procuramos esclarecer no **EM TEMPO** número 215, a moratória dos juros da dívida externa decretada no início do ano era muito mais um ato imposto pela realidade econômica do que um gesto de soberania nacional. O Plano Bresser confirma isto: ele é montado para restabelecer o acesso às fontes de financiamento externo. É uma rendição ao FMI.

A meta anunciada pelo ministro da Fazenda é a de conseguir este ano um superávit comercial de oito bilhões de dólares, para pagar parcialmente os juros da dívida e renegociar o pagamento do restante. Além de favorecer o crescimento das exportações com a política de minidesvalorização do cruzado, o governo decretou com este novo pacote, uma nova desvalorização de 10,56%. O efeito destas medidas já se fez presente: o saldo comercial de abril foi de 520 milhões de dólares (o maior desde outubro do ano passado). O preço desta política para o povo brasileiro é, porém, profundamente nocivo.

Antecipando-se às propostas brasileiras, o Citibank — o maior credor privado do país — já anunciou a sua disposição de aceitar a proposta de capitalização de parte dos juros da dívida externa, desde que tenha condições de escolher o setor econômico e a empresa em que lhe for oferecida participação acionária. Chamam isso de capital de risco. O que está em jogo, no entanto, é a desnacionalização de setores importantes da economia, particularmente das empresas estatais mais lucrativas que serão alvo da cobiça do Citibank e seus confrades. Não é por acaso que os setores conservadores na Constituinte

travam uma luta acirradíssima para atenuar as condições (já bastante liberais) para a participação do capital estrangeiro na economia. O relatório da comissão de ordem econômica presidida por José Serra incorporou, por exemplo, a abertura da participação do capital externo no sistema financeiro nacional, até agora o mais lucrativo e dominado por grandes grupos nacionais.

Por fim, o Plano Bresser se insere bem no receituário do FMI, preparando as condições para que este organismo dê o sinal verde, para futuros empréstimos. Arrocho salarial e contenção drástica da dívida pública, que compõem o eixo do Plano Bresser, são as duas grandes proposições do sistema financeiro internacional agora encaixadas no coração da política econômica.

Tem que dar certo?

Ao invés da euforia do Plano Cruzado, o Plano Bresser foi recebido pela massa da população com descrédito e desconfiança. Não se brinca em vão com a ilusão popular. Apesar de dar um apoio às medidas recém-tomadas, a maioria dos economistas que estiveram na origem do Plano Cruzado vêem grandes dificuldades pela frente a não arriscam prognósticos otimistas.

No que diz respeito exclusivamente a suas pretensões econômicas de controlar a inflação, de promover o arrocho, diminuir o déficit público e gerar um superávit comercial de oito bilhões de dólares este ano, o futuro do Plano Bresser é incerto e duvidoso. Nenhum dos grandes problemas, de fundo foi tocado. Se a recessão apertada o cerco, continua montado todo o aparato especulativo dos grandes grupos econômicos. O inferno da recessão e da hiperinflação espregueada no fim da linha deste trem desgovernado que é a economia brasileira.

No plano político, o Plano Bresser fará crescer inevitavelmente a grita contra o governo que já se ouve há tempos nas gargantas dos trabalhadores, ecoa cada vez mais nas fileiras das classes médias. O Plano Bresser, este instrumento afiado colocado nas mãos do governo Sarney, poderá, se houver uma resposta política e sindical correta a ele, ferir, ao contrário, o corpo de um governo em crise que já cheira mal.



"Um bom começo" na opinião dos banqueiros internacionais"

Um roteiro para a luta das diretas

Seguindo a dinâmica própria de um governo de bases conservadoras, Sarney responde à crise de legitimidade que o persegue, movendo-se cada vez mais para a direita, tomando medidas anti-populares e colando-se às suas bases políticas mais retrógradas.

O Congresso Constituinte, previsto inicialmente para ser o cenário de um grande pacto político de legitimação da "Nova República" vai deixando ver de forma crescente o seu vazio e o seu compromisso com a ditadura militar.

O próprio Sarney se encarregou de aplicar um sonoro tapa na cara do pouco que sobrava de soberania de um pretense poder Constituinte. Tomando a dianteira, antecipando-se ao Congresso Constituinte a quem o pacto que deu origem à Aliança Democrática delegara o poder de definir o mandato do presidente do governo de transição, Sarney definiu para si mesmo, em cadeia nacional de rádio e de televisão, um mandato de cinco anos.

O tapa passou pelo rosto vazio da Constituinte e foi estourar na face do partido majoritário. A maioria dos governadores peemedebistas recém-eleitos, interessados em barganhas e ajudas de verbas federais mais do que em princípios democráticos ou partidários, apoiou a tese dos cinco anos. Ulysses Guimarães engoliu em seco. A chamada esquerda do PMDB, movimentou-se para obter um posicionamento do Diretório Nacional do partido, mas este foi esvaziado pelo setor mais "moderado"; marcou-se, afinal, uma convenção, mas a sua data foi adiada e até hoje não foi remarçada. Sarney monta uma base política que vai do círculo militar que gravita em volta ao poder, ao PDS, ao PTB, ao PFL e a uma ponderável parcela do PMDB.

Por outro lado, nas múltiplas comissões do Congresso em que se fracionou o debate da nova constituição, um rolo compressor dos conservadores domina com mão-de-ferro as votações. Das proposições em relação à reforma agrária ao capítulo que traça os direitos da família e da educação, passando pelas disposições que regulam e limi-

tam a função das Forças Armadas, as reivindicações que durante vinte anos foram se amalgamando em um esboço de programa alternativo à ditadura militar, foram duramente sovadas. "O programa do PMDB foi traído de ponta a ponta": a frase é de Mário Covas, líder do PMDB no Congresso Constituinte. "Fomos vitoriosos": esta outra é de Delfim Neto, após saber dos resultados aprovados nas comissões de trabalho da Constituinte.

Desgaste crescente

Assim como dois e dois são quatro, é certo que o descontentamento com o governo Sarney vai aumentar muito no próximo período. O Plano Bresser Pereira funciona aí como um grande disseminador do caldo de cultura de todo o movimento de oposição ao governo. É significativo que a menção aos "fiscais de Sarney" que este último queria inserir no discurso de anúncio do Plano Bresser tenha sido prudentemente recolhida por conselho de seus assessores, que tinham em mãos pesquisas indicando o grau de impopularidade do governo. Da ilusão com o Plano Cruzado, o sentimento das amplas massas evoluiu para o descrédito, a desconfiança e a revolta. Com o Plano Bresser, este sentimento promete entrar em temperaturas cada vez mais elevadas.

Tudo isso, porém, não nos autoriza a tirar nenhuma conclusão automática sobre os rumos políticos do país. Este sentimento de insatisfação pode se desenvolver em muitas direções: pode ser apropriado por um projeto populista e caudilhesco, como quer Brizola; pode até mesmo se voltar contra as próprias organizações populares se elas não souberem dar forma organizativa e conteúdo político a estas pressões.

Contraste chocante

Toda esta ebulição forma um chocante contraste com o clima e as resoluções das reuniões realizadas recentemente, dos fóruns de decisão mais importantes do PT e da CUT.

Por um lado, a plenária nacional da CUT, composta pelos membros efetivos das direções estaduais da entidade

Com o recuo da ala "esquerda" do PMDB, fica claro que a luta pelas diretas só pode crescer apoiada na dinâmica do movimento operário e popular e na luta contra o Plano Bresser-Sarney

e a comissão executiva nacional, se reuniu com um quorum muito apertado e foi incapaz de apontar desdobramentos concretos para a unificação das lutas dos trabalhadores. A proposta de realizar na primeira quinzena de junho uma semana de manifestações, preparando uma greve geral nacional que seria realizada na primeira semana de agosto não conseguiu ser aprovada. Ao final, foram aprovadas jornadas de lutas, sem um encaminhamento organizativo mais definido, apontando para uma greve geral em futuro incerto.

Por outro lado, a reunião do Diretório Nacional do PT, ocorrida nos dias 30 e 31 de maio, teve dificuldades em aprovar uma linha mais clara para a campanha pelas eleições diretas. Houve um avanço nas posições: a grande maioria dos membros do Diretório avaliou que, depois do golpe de Sarney contra o Congresso Constituinte, auto-definindo o seu mandato, o lema definido anteriormente — "contra Sarney e a dívida, diretas pra presidente" já não era satisfatório. Passava a ser necessário dar uma resposta mais forte ao governo, trazendo a luta por eleições diretas para o imediato. Assim, foi aprovado o lema de "diretas-já".

Contudo, houve uma dificuldade na definição de qual seria a proposta para ser encaminhada para a constituição. Para ser encaminhada uma emenda de iniciativa popular — o que garantiria que ela seria votada pelo Congresso Constituinte — a única forma possível, de acordo com o regimento aprovado, era incluir a questão do mandato do Sarney nas disposições transitórias, e fixar as eleições para depois da votação da constituição. Assim, os que privilegiavam esta visão defenderam uma emenda que definia eleições para presidente até seis meses após a promulgação da constituição. Esta posição concedia também um certo privilégio à questão da aliança com setores do PMDB e do PDT.

De outro lado, um conjunto de companheiros, sobretudo de São Paulo, refletindo discussões do Diretório Regional, para enfatizar o caráter realmente de diretas-já, defenderam apresentar um projeto de resolução na Constituinte, estabelecendo a convocação imediata das eleições. Esta proposta seria apoiada com um abaixo-assinado popular, já que não podia ser apresentada como emenda de iniciativa popular.

Refletindo sobretudo a posição da maioria dos constituintes do PT (isto é, todos, exceto Virgílio Guimarães), foi aprovada a primeira posição. Faltou, entretanto, a definição de desdobramentos mais claros para o andamento da campanha.

Desfazer o nó do impasse

Bem entendido, o impasse não está só nas reuniões das instâncias máximas do PT e da CUT, mas na própria realidade da luta do movimento operário. Há um fio invisível e poderoso que liga

o fato da categoria que mais lutou desde os anos finais da ditadura, os metalúrgicos de São Bernardo, estar hoje com o salário 40% abaixo do nível de 1980 (de acordo com os dados do Dieese) e a impotência heróica dos deputados do PT no Congresso Constituinte, procurando por todos os meios (desligamento de microfones, questões de ordem e até luta física) deter o rolo compressor da maioria conservadora.

Sem um movimento político de massas, a luta sindical mais combativa e o deputado mais enérgico ficam isolados e impotentes. Toda a discussão, então, está em como dar passos concretos na organização deste movimento.

O Plano Bresser, ao agravar o impasse, reclama a sua solução. Para o governo Sarney, a sua sobrevivência política está intrinsecamente ligada ao sucesso deste plano. Para o movimento operário, uma vitória parcial que resulte na derrota das pretensões deste plano econômico abrirá o caminho para o ataque frontal ao próprio governo Sarney.

A vanguarda do movimento operário deve retirar todas as lições dos últimos acontecimentos. Não é mais possível continuar alimentando o mínimo grau de ilusão no Congresso Constituinte. Toda a nossa participação lá deve estar voltada para a denúncia de seu caráter conservador e para alimentar a mobilização popular.

O primeiro ponto, a reivindicação de honra deste movimento, deve ser a derubada do Plano Bresser, formar uma barreira humana contra a sua implantação. Como alternativa a ele, as propostas que já são patrimônio do movimento operário como o congelamento dos gêneros de primeira necessidade e a recuperação do poder de compra dos salários; ao invés dos compromissos com o FMI, o não pagamento da dívida externa; a reforma agrária e a convocação imediata de eleições diretas para presidente.

A existência de uma insatisfação generalizada não elimina a necessidade de um plano de campanha rigoroso. É preciso todo um esforço de esclarecimento, de denúncia em torno ao significado do Plano Bresser. Um calendário de "aquecimento", de manifestações, comícios em portas de fábrica e empresas, passeatas, deve ser traçado. Em torno ao movimento sindical, que deve ser concebido como o eixo central da campanha, deve ser organizada uma ampla unidade com todos os segmentos do movimento popular. Para este movimento de massas que for se formando, o PT deve buscar atrair o apoio de todas as dissidências e oposições à Aliança Democrática.

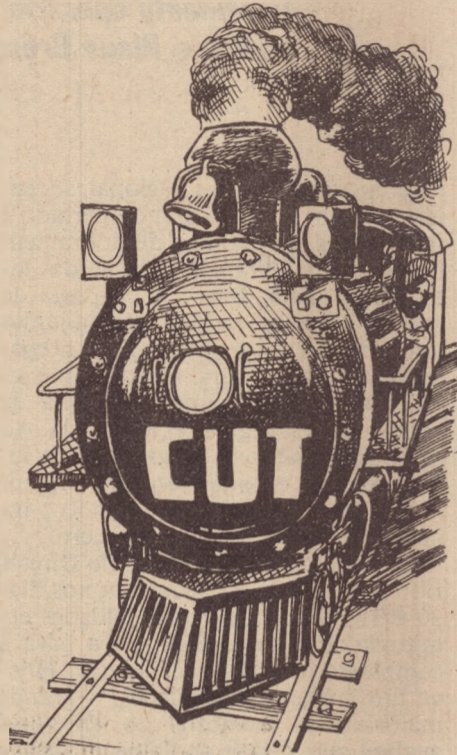
O momento pede energia da vanguarda e confiança na capacidade de luta dos trabalhadores. E o primeiro passo é mobilizar e unificar politicamente toda a extensa vanguarda que se reúne hoje no PT e na CUT. O resto virá em seguida.

CUT DE NORTE A SUL

A pesar do resultado nas eleições dos metalúrgicos de São Paulo, onde a chapa da CUT ficou em terceiro lugar, estes dois últimos meses representaram uma clara evidência da tendência de crescimento da CUT no interior do movimento sindical brasileiro.

De norte a sul do país os trabalhadores estão confirmando nas urnas sua disposição de construir uma alternativa de direção que realmente se coloque em oposição à política econômica do governo e que se disponha a lutar pelas suas reivindicações.

Só para se ter uma idéia, foram ganhos no último período por diretorias identificadas com a CUT os sindicatos de metalúrgicos de Passo Fundo, Rodoviários de São Leopoldo, Construção Civil de Novo Hamburgo e Bancários de Santa Maria, todos no Rio Grande do Sul; também foi ganha a eleição do sindicato dos bancários de



Belo Horizonte (veja matéria nesta página) em Minas Gerais, a Federação dos Trabalhadores Rurais no Pará e o sindicato dos Têxteis de Fortaleza no Ceará.

Já em São Paulo, só na cidade de Campinas, em cerca de duas semanas foram três sindicatos que passaram para o lado da CUT: coureiros, vidreiros e eletricitários. Além destes, também foi vitoriosa a chapa da CUT que concorreu no sindicato dos eletricitários de Ipaçu, no extremo oeste paulista.

A força dos eletricitários

A vitória nos eletricitários de Campinas tem uma particular relevância neste processo. Este sindicato, se levamos em conta os trabalhadores ligados à produção de energia elétrica (que trabalha nas usinas geradoras), é o mais importante do país. Sua base se estende

por 317 municípios do Estado de São Paulo, chegando ao oeste do Estado.

A chapa 2, cujo presidente é o companheiro José Mauro Forti, obteve 62,2% dos votos, enquanto a situação ficava com minguados 37,8%. Um dado importante nesta eleição foi a votação obtida na CESP (Centrais Elétricas de São Paulo). A chapa 2 obteve nesta empresa 71,33% dos votos, confirmando o trabalho realizado pela Associação dos Eletricitários da CESP — AEC, da qual Forti também é membro da diretoria e que teve um papel central nesta eleição.

Estas vitórias confirmam a política de construir a unidade do movimento a partir da construção da hegemonia da CUT. Junto com este processo, tem ocorrido um fortalecimento dos setores pelegos no interior da CGT, o que tem forçado as direções reformistas (em particular o PC do B) a uma avaliação de sua posição sobre a CUT.

Oposição derrota a CGT

Vitória em Minas

Por 5.573 contra 4.318 votos, a CUT venceu as eleições no sindicato que era a principal trincheira da CGT em Minas Gerais. A chapa 2, de continuidade na direção do Sindicato dos Bancários da Grande Belo Horizonte, tinha na sua cabeça nada menos que o vice-presidente nacional da CGT. A vitória da CUT neste sindicato, cuja base ultrapassa os vinte mil trabalhadores, não apenas consolida a hegemonia da CUT no sindicalismo mineiro como repercute diretamente na organização nacional da categoria.

A chapa 1, de oposição, resulta de um trabalho que remonta a 1979 e suas lideranças estiveram à frente das greves de 1985, 1986 e 1987. A formação da chapa em duas convenções da categoria mobilizou mais de quinhentos bancários. Aqui, uma primeira avaliação das eleições feita pelo presidente eleito do sindicato, Marcelo D'Agostini.

O que representa a vitória da Oposição Bancária para a construção da CUT-MG?

Marcelo — Entramos num novo ciclo de construção da CUT na região. Golpeamos a CGT e seu projeto de conciliação de classes, minando sua principal base de sustentação em Minas Gerais. A nossa vitória é a vitória do avanço da consciência dos trabalhadores, que vão reconhecendo, em sua luta, a CUT como única central capaz de unificar a luta contra a exploração capitalista no país. É a vitória da jovem vanguarda que se formou os processos de luta em nosso estado.

A nossa vitória ultrapassa as montanhas. Agora, nos principais grandes

centros do país — SP, RJ, MG, RS — os sindicatos bancários estão sob a direção da CUT. A esta altura os banqueiros e seus sócios da classe dominante já devem estar perdendo seu sono.

Como repercute esta vitória no processo de construção da CUT nacional?

Marcelo — É uma referência para todo o país. Vivemos um momento de afirmação das diversas concepções de construção da CUT, que se manifestam nos seus congressos e no processo de formação de suas chapas. É o reflexo do acirramento da luta de classes em todo o país que leva a uma maior definição dos projetos políticos e suas diferenças. A nossa chapa reuniu todas as correntes políticas da CUT que atuam na categoria, além de vários companheiros que conheceram e se identificaram com a CUT, através da sua participação na Oposição Sindical Bancária. A composição da chapa foi resultado de um debate político muito rico, que contou com a participação ativa da categoria. Avançamos no sentido da afirmação das diversas concepções de construção da nossa central e, ao mesmo tempo, fortalecemos uma unidade férrea no campo da CUT.

Como você vê a perspectiva da greve geral?

Marcelo — O governo Sarney mergulhou o país na recessão econômica, que apenas começa a dar os primeiros sinais. A crise conduz a transição burguesa para o terreno dos conflitos e contradições tanto nos bastidores do poder econômico como na sociedade em geral. A revolta dos assalariados



A categoria deu o voto a quem esteve à frente de suas lutas.

crece a passos largos. A CUT reúne plenas condições de dirigir as lutas da classe em todo o país.

A nossa principal tarefa é ultrapassar os limites corporativos da mera luta econômica e alcançarmos o patamar da luta política. A nossa luta por melhores condições de vida tem que estar necessariamente vinculada a luta pelo não pagamento da dívida externa, pela reforma agrária e por diretas já. Temos que avançar a construção de um movimento político de massas, que entusiasme a população e coloque em xeque a hegemonia burguesa. E aí, nossa principal arma é a greve geral. Todas as regionais da CUT devem iniciar desde já a discussão de um plano detalhado de organização da greve geral.

E quais seriam as propostas imediatas da nova diretoria dos bancários?

Marcelo — A nossa preocupação central é a campanha salarial de setembro, começar a preparar a greve agora.

A idéia é combinar a preparação da campanha com a expansão da nossa organização por local de trabalho naqueles bancos onde ela ainda não existe. Aí, a comissão por empresa, a eleição de delegado sindical e o início da estruturação das sub-sedes têm importância decisiva. Além disso, temos de enfrentar de imediato algumas questões que afetam a categoria. Por exemplo, começar a discutir uma campanha pela devolução do desconto dos dias parados na última greve é uma delas. Outra é a luta pela garantia do emprego dos companheiros do Credi-Real Minas Caixa que estão sob intervenção do Banco Central. Logo que tenhamos acesso a toda estrutura do sindicato, implementaremos, após auditoria detalhada, sua reformulação completa, transformando-o num instrumento ágil, que sirva às lutas e ao avanço da consciência dos bancários rumo à construção de uma sociedade dirigida não pelos banqueiros e seus sócios mas pelos trabalhadores.

Pelego vence o 1.º turno

A disputa no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo retrata o sindicalismo brasileiro. Uma primeira análise dos resultados



Carlos Henrique Árabe

Encerrou-se na última sexta-feira dia 12 de junho a apuração do primeiro escrutínio das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A chapa 1, encabeçada por Luiz Antonio (atual presidente do Sindicato e apoiada pela CGT e Joaquinção) obteve a maior votação, sem no entanto conseguir a maioria que lhe daria a vitória neste turno. Desta forma, dentro de 15 dias, mais precisamente nos dias 22 a 26 de junho, será realizado o segundo escrutínio, para o qual formalmente podem concorrer as três chapas.

Nestas eleições reproduziu-se a disputa que existe no interior do movimento sindical brasileiro. De um lado o setor pelego, que domina a CGT e é representado por Joaquinção, que apoiava a chapa 1. De outro lado, a chapa 3, apoiada oficialmente pela CUT e por alguns setores do PT (com apoio formal dos Diretórios Municipais da cidade de São Paulo e da Regional do Estado), representando as propostas fundamentais da CUT. Aparecendo no meio desta disputa já tradicional no movimento sindical da capital, surgiu a chapa 2, encabeçada por Lucio Belentanni e composta a partir de setores que romperam com a atual diretoria (dissidência do PCB, atualmente no PDT, e militantes do PCB e do PC do B). Com esta composição, a chapa 2 representa basicamente as propostas reformistas que existem no movimento sindical, combinando-as com um discurso oposicionista por se compor com militantes do PT e dirigentes da CUT (como é o caso do próprio Lucio).

Oposição dividida

Pelo resultado das eleições, o que se verifica é que para os trabalhadores o que apareceu foi uma oposição dividida em duas chapas, uma oposição que não conseguiu construir uma única alternativa contra Luiz Antonio. Neste sentido, os votos dos trabalhadores re-

velaram a sua dificuldade de compreender esta situação.

A chapa 1 conseguiu obter uma vitória importante diante deste quadro, por mostrar-se coesa, "segura" diante da confusão gerada para a categoria pelas chapas que se apresentaram como oposição. Mantendo o básico de sua votação tradicional, conseguiu uma ampliação significativa (a chapa 1 obtém quase 1/3 dos votos das fábricas grandes e 76,62% de seus votos vem das fábricas, contra 60,65% que foram obtidos em 84 pela chapa de Joaquinção).

Contudo, não se pode trabalhar simplesmente com estes dados da evolução de Luiz Antonio.

O processo de escolha da chapa única da CUT foi perpassado a todo momento pela tentativa de se realizar a composição com setores da diretoria. Em vários momentos, esta composição se tornou mais importante que a própria unificação dos setores cutistas. Alguns companheiros chegaram a privilegiar a luta contra o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo — MOSM-SP no lugar de buscar uma base de acordo que colocasse a CUT unida desde o começo. Esta polí-

tica teve como resultado uma chapa que não trabalhou unida, criada fundamentalmente na desconfiança.

Este tipo de política levado por setores importantes da CUT, mostrou para os trabalhadores uma oposição dividida. Mesmo o esforço realizado nas duas últimas semanas de campanha (em que houve uma divulgação maciça da chapa 3 como vinculada à CUT) não conseguiu reverter esta imagem.

A responsabilidade do PT nesse episódio chega a ser maior que a da CUT que, apesar de divergências internas, conseguiu coesionar sua direção no apoio a chapa 3. O PT, ao contrário, sequer conseguiu definir uma posição na reunião do Diretório Nacional.

Sem dúvida alguma, a dificuldade que se revelou de construir uma oposição firme e coesa aos olhos dos trabalhadores foi um dos fatores centrais no sentido da não se conseguir capitalizar o descontentamento contra a atual diretoria e mesmo o trabalho que a oposição desenvolve há muitos anos.

Entretanto, o resultado revela que existem outras questões de igual importância para serem analisadas. A expressiva votação de Luiz Antonio nas fábricas (inclusive nas fábricas grandes) contrastando com uma baixa votação da chapa 3 (pouco superior à 1 nas fábricas grandes e muito inferior nas médias e pequenas) demonstra que é necessários um balanço claro do processo de implantação da CUT na categoria.

Voto é da oposição

O que passou para os trabalhadores foi a disputa entre a situação e a oposição dividida em duas chapas, apesar da tentativa a todo o momento da chapa 3

se mostrar, corretamente como a única que tem condições de construir uma direção realmente comprometida com as lutas dos trabalhadores.

O discurso utilizado pela chapa 2, inclusive com a frase "oposição ao pelego ao governo e ao patrão" conseguiu criar uma capa sobre a realidade de sua composição. O resultado da votação da chapa 2 cria uma discussão particular sobre a implantação dos setores reformistas que, mesmo dividindo a diretoria quase ao meio (foram 11 dos 24 diretores que se bandearam para a chapa 2), não conseguiram carrear uma votação correspondente ao seu peso na antiga diretoria.

A votação computada é majoritariamente oposicionista, revelando um sentimento entre os trabalhadores favorável a mudar a atual direção do sindicato. Isto cresce entre os votos de fábricas se tomarmos como base as eleições de 84. Naquelas eleições, entre os votos de fábricas, 45,67% foram dados a Joaquinção e 54,33% à oposição. Desta vez, 41,4% foram dados a Luiz Antônio e 58,6% às chapas 2 e 3.

Contudo, isto não pode implicar em uma postura que signifique a revisão da avaliação feita sobre a chapa 2 e o simples apoio à 2 pela 3 para a derrubada de Luiz Antônio.

É correta a retirada da chapa 3, criando condições para que haja uma transferência de votos para a 2, não obstaculizando a realização deste sentimento oposicionista. Não podemos, em hipótese nenhuma, igualar uma chapa policial a uma reformista. Mas também é necessário que se mantenha o firme compromisso de construção de uma alternativa classista de direção no Sindicato dos Metalúrgicos, que só poderá ser oferecida pela CUT, e que deverá partir fundamentalmente do núcleo que conformou a chapa 3.

Por outro lado, da mesma forma que combatemos as posturas diluidoras, que tendem a comprometer o processo de construção da CUT em nome de alianças eventuais, devemos combater o sectarismo que em muitos momentos foi a tônica no interior de setores que compuseram a chapa 3 e que em muitos momentos criou problemas no processo de construção de uma chapa única da CUT ou mesmo no sentido de ampliar a base de apoio desta chapa.

O processo de construção da CUT, de unificação das lutas dos trabalhadores contra a burguesia e seu mais novo pacote deverão implicar em um sério balanço desta campanha, para que tenhamos condições efetivas de avançar na direção da construção da alternativa de direção que os trabalhadores exigem.

Aqui e agora estamos fazendo a primeira abordagem. Voltaremos ao tema.

Distribuição da votação por chapas

chapas	A	B	C	D	total
1	7.034	4.501	636	17.915	30.086
2	783	5.830	1.099	11.459	19.171
3	645	4.737	475	9.022	14.879

Fonte: relatórios das mesas de apuração.

A — Votação de aposentados e sócios que votam no sindicato (grande parte são votos de aposentados — 8.860 em condições de voto)

B — Fábricas grandes — com mais de 300 sócios.

C — Fábricas grandes em urnas nas quais existem votos de fábricas pequenas (em geral com menos de 20 sócios) e/ou médias. Total de sócios destas urnas era de 2.638; total de sócios em 6 fábricas grandes nestas urnas era de 2.181 (isto é, 82,7%).

D — Fábricas médias e pequenas (com menos de 300 sócios e cujos votos estiveram misturados nas urnas).

O PT, a CUT e a luta pela independência política dos trabalhadores

João Machado

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão de algumas questões que, embora de enorme importância, ainda são controversas dentro do PT. Este debate é oportuno neste momento em que o partido realiza Encontros Estaduais e se prepara para realizar no fim do ano o seu Encontro Nacional.

As questões tratadas aqui referem-se à construção de uma alternativa dos trabalhadores à burguesia e aos seus aliados no país, e à necessidade de que hoje demos passos para isto, construindo um bloco operário e popular, um pólo operário e popular oposto à burguesia, à Nova República, aos seus partidos. O PT e a CUT têm constituído este pólo, mas é necessário aprofundar e dar maior consistência a este papel.

Como o PT deve encarar estas questões? Que papel deve desempenhar? Que alianças devem ser buscadas? Qual deve ser o papel da CUT na construção desta alternativa dos trabalhadores?

Um pólo de oposição

A existência, hoje, de um pólo operário e popular, claramente oposto às políticas do governo, da burguesia e de todos os seus partidos, é uma necessidade evidente. Neste momento em que o governo antiooperário e antipopular da "Nova República" tenta implementar o maior arrocho salarial da história do país, é questão de sobrevivência lutarmos contra isto. E as condições de luta são muito melhores quando podemos ver uma alternativa confiável e global ao que está aí: em caso contrário, podemos cair no desânimo. Além disso, a existência de um pólo de oposição, operário e popular, é imprescindível para que tentemos impedir a consolidação deste regime, a conclusão da transição conservadora ainda em curso da forma mais favorável para as classes dominantes.

Mas a questão é fundamental também por razões estratégicas. Nossa visão é de que nosso objetivo é o socialismo, e que para chegarmos lá é necessária uma revolução, na qual a classe operária e os seus aliados conquistarão o poder lutando contra a burguesia e os seus aliados. Não estamos hoje em condições



As alianças políticas precisam de um norte revolucionário.

de disputar o poder no país — não estamos vivendo uma crise revolucionária, apesar da gravidade da situação — mas as condições para esta disputa têm de ser construídas a longo prazo e envolvem vários aspectos.

Um primeiro aspecto é a necessidade de unificação do proletariado numa perspectiva de independência política de classe. Isto envolve, em primeiro lugar, a organização e a mobilização do conjunto dos assalariados para defender seus interesses imediatos, bem como questões como direitos democráticos, e seus interesses de mais longo prazo. Mas além disso, envolve um esforço para o desenvolvimento da consciência de classe proletária, anticapitalista: consciência da impossibilidade de serem atendidas as necessidades da população no capitalismo, da necessidade do socialismo; fim das ilusões no Estado da burguesia e na sua "democracia" burguesa, convencimento da necessidade de um outro poder, dos trabalhadores. Ou seja: a massa da classe operária tem de sair da influência ideológica da burguesia, acreditar na necessidade da sua luta e das suas soluções.

O segundo aspecto é a necessidade de a classe operária ganhar a hegemonia sobre o conjunto dos setores explorados e oprimidos da sociedade, ganhar a direção sobre um plano bloco operário e popular, e unificar todos estes setores com um projeto revolucionário de transformação da sociedade.

Que exigências estão colocadas para o PT, e para a CUT, para a construção deste pólo operário e popular, desta alternativa dos trabalhadores?

PT na direção da luta

Este processo de construção de uma alternativa dos trabalhadores e de condições para a revolução socia-

lista só pode desenvolver-se sob a direção de um partido, revolucionário e de massas. Ser o partido capaz de cumprir esta tarefa é a exigência que se coloca para o PT. Ou seja, o PT tem de se transformar em um real partido de direção política dos trabalhadores (entendidos como assalariados urbanos e trabalhadores rurais) e das camadas populares.

Isto exige, naturalmente, uma mudança radical nas condições de estruturação, de funcionamento, do partido: o PT tem de ser capaz de organizar a sua base como militantes, para a luta, para intervenção e direção dos movimentos sociais. Além disso, as direções do partido têm de ser capazes de dirigi-lo de fato. Tudo isto exige uma discussão específica, que não é objetivo deste artigo.

Além disso, para cumprir o papel de impulsor da independência política de classes dos trabalhadores e de coesão de um bloco operário e popular sob direção operária, o PT tem de desenvolver uma proposta de alternativa política global, que inclua um programa geral de reivindicações de interesses dos trabalhadores e do povo, que parta das necessidades imediatas e chegue à necessidade do socialismo e do governo dos trabalhadores, isto é, operário e popular; uma política de intervenção nos diversos movimentos sociais, nos movimentos populares, que consolide a colocação destes movimentos ao lado dos trabalhadores, na perspectiva da luta pelo poder operário e popular; uma política de alianças com outras forças políticas que defina quais são as forças que entendemos devem ser puxadas para o campo operário e popular; e uma proposta referente aos métodos de luta para o movimento, e de estratégia para a revolução brasileira.

De modo geral, até hoje não foi aceita dentro do PT esta visão. Não está

ainda clara para a maioria dos companheiros a necessidade de apresentar uma proposta de alternativa global, de trabalhar para conformar um bloco operário e popular, de ter uma política definida de alianças com outras forças políticas. O que está mais claro para o partido é que o PT tem de ter um programa, tem de definir uma estratégia para a revolução brasileira, tem de definir plataformas de lutas e de definir alianças em torno de cada objetivo colocado. O PT tem, então, uma política de alianças para a luta pelas diretas-já, outra para a luta contra a dívida externa, outra para a luta pela reforma agrária.

Isto é evidentemente correto, (e em alianças táticas é possível incluir até setores burgueses), mas totalmente insuficiente. O que perdemos com estas políticas pontuais é justamente a perspectiva global, indispensável para que possamos estar, todo o tempo, trabalhando para impulsionar a independência política de classe dos trabalhadores, o coesão de um bloco operário e popular sob direção operária, a construção de uma alternativa dos trabalhadores. Com estas políticas pontuais, taticistas, podemos acumular força, podemos reforçar o partido, ampliar seu caráter de referencial de oposição à burguesia, ao governo, mas teremos dificuldade em conseguir fazer avançar a consciência de uma oposição global dos trabalhadores ao governo e ao sistema capitalista. Lutas limitadas a questões parciais podem ganhar um caráter reformista.

Muitos companheiros rejeitam a necessidade de uma política como a que defendemos por serem contra alianças em geral, ou por acharem que em um bloco operário e popular o PT se diluiria. Não podemos aceitar estes argumentos: alianças são necessárias porque o PT não existe sozinho na classe operária e nos movimentos populares. E o PT não se diluiria, pelo contrário: como partido que melhor representa os interesses populares, e como partido mais forte da esquerda, inclusive, o PT seria o mais beneficiado com uma unidade deste tipo.

Outros companheiros (como os porta-vozes da "articulação dos 113" nos Encontros do PT de São Paulo em 1985 e 1986, por exemplo) falam que esta política de bloco operário e popular é errada por confun-

dir tática com estratégia, e que não existem aliados para o PT constituir um tal bloco hoje.

É difícil entender o sentido exato de críticas como estas. Podemos dizer que a política que defendemos tem um valor estratégico: unificar a classe operária numa perspectiva de independência política de classe, e coesão de um bloco operário e popular sob direção proletária, criando condições para a disputa do poder político com a burguesia. Esta estratégia tem desdobramentos táticos: buscar a unidade dos setores populares nas lutas que travamos hoje (o que é importante inclusive, evidentemente, para aumentar as condições de ganhar estas lutas), buscar dar ao conjunto destes setores a perspectiva de aliança com o movimento operário. As unidades que construímos hoje fazem parte da luta para a unificação maior. É claro que hoje não há outras forças políticas que possam estruturar uma aliança permanente com o PT; mas há passos que podem ser dados nesta direção.

A consequência de não ter definido uma política deste tipo, na verdade, é ter uma política de alianças excessivamente "aberta", o que tem possibilitado confusões como a ocorrida na Bahia, onde a maioria do PT regional chegou a aprovar o apoio ("crítico") a Waldir Pires, para o governo do Estado.

CUT: referência de classe

Qual o papel da CUT na construção de uma alternativa dos trabalhadores? Na verdade, a CUT tem um papel central, e é fundamental que os petistas compreendam tanto a importância do seu papel, quanto os seus limites.

É claro que, como central sindical, a CUT tem de procurar em primeiro lugar organizar o conjunto dos trabalhadores para a luta na defesa dos seus interesses, antes de mais nada econômicos. Mas é claro que a CUT não pode ficar só aí: tanto as lutas econômicas, principalmente quando têm amplitude nacional ou estadual, adquirem clara dimensão política (por exemplo, luta contra a política econômica do governo, contra o plano Bresser), quanto a CUT tem de participar de lutas mais amplas de interesse geral dos trabalhadores (por exemplo, pelas diretas-já).

A Linha Sindical do PT coloca corretamente esta questão, ao dizer

que a CUT deve assumir bandeiras políticas, e ao definir para estes casos o limite da frente única: "A CUT e os sindicatos não devem ficar restritos às bandeiras econômicas. Ao fazer com que a CUT e os sindicatos assumam bandeiras políticas, os petistas devem ter o cuidado de que essas bandeiras expressem as aspirações, reivindicações e necessidades das grandes massas e não só de uma parcela dos trabalhadores". (Linha Sindical do PT, maio/junho de 1986, p. 23).

Mas o papel que a CUT tem de assumir vai além disso. Para os petistas, está claro que a CUT (e os sindicalistas) têm de ser independentes do Estado. Isto deve ser desdobrado no sentido de que a CUT seja expressão da independência de classes dos trabalhadores, no plano sindical. Isto quer dizer sobretudo desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, desenvolver a consciência dos trabalhadores das suas próprias forças, sua consciência de que os interesses são opostos aos da burguesia, e não podem ser satisfeitos no capitalismo. Há uma resolução aprova-

da no 2º Congresso Nacional da CUT, "O Compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de uma sociedade socialista", que expressa estas questões com notável clareza (ver abaixo).

Esta compreensão do papel da CUT na construção de uma alternativa dos trabalhadores, impulsionando uma prática política de classe, é inteiramente coerente com a política de unificar a classe operária numa perspectiva de independência política de classe, como parte de uma política justamente de construir uma alternativa global dos trabalhadores. Claro que a CUT só desenvolve um aspecto desta política — cabe aos partidos (na verdade, fundamentalmente ao PT) desenvolver a política no seu conjunto, como a própria resolução da CUT reconhece. Contudo, mesmo neste plano da unidade dos trabalhadores numa perspectiva de classe, a CUT ainda não é suficiente.

A CUT não organiza todos os trabalhadores sob a sua direção. Há setores desorganizados, e há setores

organizados sob a direção da CGT. É fundamental que a CUT (além de ter uma política de unidade de ação com outros setores) busque organizar o conjunto dos trabalhadores. Isto significa continuar lutando pelo crescimento da CUT, e para trazer para ela os setores que estão na CGT. Com seu crescimento, com sua força crescente, a CUT é um pólo de atração cada vez maior.

Este esforço de ampliar a CUT inclui o aspecto de disputar a direção dos sindicatos que ainda não estão filiados a ela — o que a CUT vem fazendo em geral bem. Mas inclui também a questão de trabalhar para trazer para a CUT correntes políticas que estão hoje no campo da CGT, como o PCB e o PC do B.

Alguns companheiros podem achar que trazer estes setores para a CUT seria contraditório com a linha proposta para a central, já que eles têm uma política reformista, de conciliação de classes. Mas o caso é que é possível trazer-los para a CUT sob a hegemonia dos setores classistas. A luta pela hegemonia que hoje se desenvolve entre a CUT e a CGT não

desapareceria, mas seria trazida para o interior da CUT, em condições amplamente favoráveis para nós e para a organização das lutas de classe. Isto não significa defender a "reunificação da CUT e da CGT" — política que é criticada com razão na Linha Sindical do PT, que implicaria — como está dito aí — em questionar conquistas fundamentais da CUT (conquistas democráticas e os "posicionamentos classistas da CUT, (...) contra o pacto social, pela democracia sem qualquer restrição e em defesa das reivindicações" (Linha Sindical do PT, p. 20).

Significa simplesmente dizer que estes setores reformistas podem ser forçados a vir para a CUT em condições desfavoráveis para sua política de conciliação, e favoráveis para os interesses classistas. (do mesmo modo que, se os setores classistas estivessem muito fracos, poderiam ser forçados a entrar numa central dirigida por reformistas).

Outra questão que às vezes é posta em dúvida dentro do PT é se é correto, por exemplo, a CUT se recusar a discutir o pacto social.

Não há dúvida de que sim. Dentro da necessidade de manter e reforçar hoje um pólo operário e popular, de oposição ao governo, às políticas da burguesia, a CUT tem um lugar central, e posicionamentos "radicais" como este de recusar a discutir o pacto são extremamente positivos. Dentro da linha de que a CUT tem um papel decisivo na construção de uma alternativa dos trabalhadores contraposta a tudo o que aí está, é importante deixar claro que ela se recusa a entrar nas regras do jogo, a discutir com o governo e os patrões um programa de interesses supostamente comuns, como ocorre em um pacto. Outra questão, naturalmente, é que a CUT — e os sindicatos em geral — têm de negociar com os patrões e o governo o atendimento a reivindicações — mas isto é inteiramente diferente.

O papel de uma referência ampla de independência de classe que a CUT tem tido, ao lado do PT, de "radicalismo", é um dos pontos de partida mais positivos com que contamos atualmente. É errado entender este papel da CUT como sendo um papel "partidário", incorreto para uma central sindical. Sobre esta questão, a posição mais correta é a explicada na resolução da CUT que transcrevemos no box.

O compromisso histórico da CUT

"A CUT repudia essa situação de exploração e miséria imposta à classe trabalhadora e tem como compromisso a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Portanto, a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo.

"A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora.

"A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos.

"A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o Socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das rei-

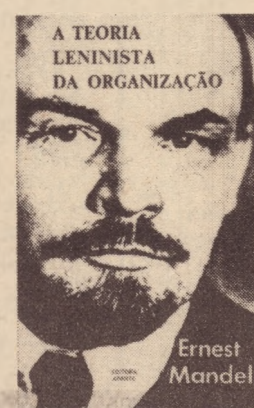
vindicações e propostas dos trabalhadores nós sabemos que as "soluções" que apresenta só tem o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo.

"Devemos assinalar em cada greve a derrubada da lei antigreve; em cada luta e mobilização o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da Nova República.

"As reivindicações atuais de salários e emprego, ligadas às propostas de mudança mais geral, como a negação do pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem. Nosso objetivo, portanto, é manter e aprofundar os rumos em que se desenvolveu o movimento operário e sindical antes do pacote, isto é, o de conseguir apresentar suas propostas em conjunto, formando um todo alternativo à política das classes dominantes e o de cada vez mais ter uma prática política de classe (e não corporativista e economicista). Assim é preciso retomar as lutas, vinculando-as ao crescimento político e organizativo do movimento, criando condições para que uma nova conjuntura de mobilizações e de projetos de classes seja estabelecida, coincidindo com o momento do processo constituinte, um período que abre um espaço do debate na sociedade que pode e deve ser marcado por este confronto de projetos de classe".

Ler é pensar com duas cabeças

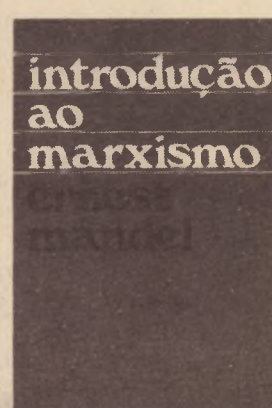
Para receber, envie cheque nominal para a Editora Aparte, rua Francisco Leitão, n.º 57, CEP 05414, São Paulo, SP.



A teoria leninista da organização

Ernest Mandel

Um livro que trata também da teoria da revolução e ilumina a discussão sobre partido de vanguarda e partido de massas — Cz\$ 100,00.



Introdução ao marxismo

Ernest Mandel

Mais que um manual de introdução ao marxismo, este é um livro que discute, analisa e ilumina os problemas fundamentais de nossa época — Cz\$ 100,00.



A liberdade sindical no Brasil

Vito Giannotti

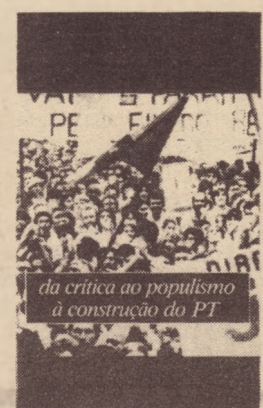
Análise a estrutura sindical brasileira e discute os caminhos para a sua superação — Cz\$ 50,00.



Pacto Social — Da negociação ao pacote

Reginaldo Moraes

O pacto social a partir de uma visão abrangente sobre os rumos da acumulação de capital, da estrutura sindical e das sucessivas políticas salariais dos últimos vinte anos — Cz\$ 80,00.



Da crítica ao populismo à construção do PT

Raul Pont

Livro escrito de dentro da militância, irrigado pela prática política, não-acadêmico, mas nem por isso menos importante — Cz\$ 100,00.



Reforma Agrária — a luta pela terra no Brasil

Isaac Akcelrud

O livro expõe com clareza e profundidade todo o cenário da luta que vem se travando pela posse da terra e os caminhos para a reforma agrária — Cz\$ 80,00.

A luta pela independência sindical

Os primeiros sindicatos foram formados no país no final do séc. XIX, acompanhando o processo inicial de industrialização e formação do proletariado brasileiro (em 1888 havia no país 50 mil operários; em 1920, 285 mil). Os trabalhadores assalariados, principalmente emigrantes europeus, inspirados no anarco-sindicalismo, fizeram destes sindicatos os principais instrumentos da luta pela defesa de seus interesses. Graças a eles, organizaram-se importantes lutas, como as greves gerais em São Paulo, em 1906, 1907 e 1917 (com 50 mil grevistas participando desta última). Mas estes sindicatos eram, apesar de tudo, frágeis: três congressos operários, realizados em 1907, 1913 e 1920, não conseguiram viabilizar a unificação nacional do movimento sindical; a Confederação Operária Brasileira, fundada em 1908, nunca conseguiu, de fato, se estruturar.

Lutas periódicas e organização permanente são duas coisas diferentes. Três fatores limitavam então a capacidade de organização e o papel do proletariado brasileiro:

— a orientação anarco-sindicalista que imperava no movimento operário brasileiro privilegiava apenas a organização sindical; o proletariado não se encontrava unificado e organizado em partidos próprios e não tinha instrumentos para intervir na luta política, ficando, neste plano, à mercê da classe dominante.

— a própria fraqueza numérica do proletariado, ligada à fragilidade do capitalismo no Brasil; até 1930, a economia brasileira era quase que exclusivamente agrícola, baseada principalmente no cultivo de café para a exportação.

— a violenta e persistente repressão por parte da classe dominante e do Estado: a política que prevalecia na Velha República era tratar a “questão social” como caso de polícia.

Esta situação foi drasticamente alterada na década de trinta. A crise econômica mundial desestruturou a economia agro-exportadora brasileira e estimulou a industrialização do país. Um novo regime político subiu ao poder em 1930 e implementou uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista do Brasil. Neste momento, a burguesia mudou radicalmente sua relação com o movimento operário: o governo Vargas impôs o controle do Estado sobre os sindicatos. Iniciou-se, então, a constituição de uma ampla burocracia sindical, sustentada por importantes privilégios econômicos e articulada pelo Ministério do Trabalho (com todas as suas consequências: legalismo, assistencialismo, dependên-



Passeata da mulher metalúrgica em São Bernardo em 1980

cia do imposto sindical, intervenções nos sindicatos com diretorias combativas. Esta burocracia sindical seria, entre 1945 e 1964, a principal base de apoio eleitoral do PTB — um partido burguês de manipulação de massas e coluna vertebral do regime populista — e até hoje constitui-se numa poderosa força conservadora na sociedade. O movimento sindical transformou-se, por todo um período, principalmente em um instrumento de mobilização de massa em apoio de setores populistas das classes dominantes.

O PCB e os sindicatos

O PCB, fundado em 1922, transformou-se nos anos seguintes, na única referência real para os trabalhadores que procuravam uma alternativa de classe, vinculada a uma perspectiva socialista ou comunista, de participação política e militância. De 1945 a 1964, a direção da classe operária e do proletariado brasileiro estava dividida entre o PCB e o nacionalismo populista do PTB. Porém, a trajetória e a orientação reformista do PCB, desde cedo dominado pela orientação estalinista da internacional Comunista impediram que o proletariado brasileiro tivesse uma intervenção política independente da burguesia; a política do PCB era apoiar a burguesia nacional progressista e, objetivamente, fortalecer o controle do PTB sobre o movimento de massas brasileiro. O PCB igualmente não combateu o controle do Estado sobre as entidades sindicais, não permitindo que se travasse uma luta séria pela independência de classe dos trabalhadores sequer no plano sindical.

Independência e democracia

Uma gigantesca onda de greves iniciou-se em 1978 — após 14 anos de ditadura militar e repressão feroz ao movimento sindical — prolongando-se até 1980. Abriu-se então um amplo processo de auto-organização do proletariado, com avanços na sua consciência de

O movimento sindical é hoje a espinha dorsal do movimento de massa no Brasil. Suas lutas, dirigidas principalmente pela CUT, servem de exemplo para os demais movimentos sociais e são decisivas para a transformação socialista do país. Mas nem sempre foi assim, porque somente no último período os sindicatos brasileiros estão reconquistando sua independência frente ao Estado

classe e formação de organismos e entidades independentes dos trabalhadores. As principais organizações independentes de massa, referências centrais para milhões de trabalhadores, são no plano político, o PT (fundado em 1979), e no plano sindical, a CUT (fundada em 1983), que são interdependentes e se reforçam mutuamente.

Parcelas crescentes do trabalhadores brasileiros tomam consciência, a partir de sua própria experiência da luta, que o controle dos sindicatos pelo Estado é uma arma dos patrões. Daí a força crescente do movimento pela independência sindical, que se identifica com a CUT. A força dos trabalhadores é desenvolvida pelo nível de participação nas lutas e pelo grau da unidade que vai se formando. A luta pela independência liga-se assim à luta pela democracia sindical, necessária para garantir a maior unidade e participação dos trabalhadores. Através das experiências das lutas dos trabalhadores, analisando sua própria atuação e aprendendo até com seus próprios erros, o campo constituído pela CUT está introduzindo no movimento sindical brasileiro uma nova concepção de sindicalismo, classista e socialista.

Debilidades organizativas

Mas não se pode esquecer que a organização sindical independente que está se processando hoje no Brasil se dá num terreno tomado pelos sindicatos oficiais, atrelados ao Estado, em grande parte ainda dirigidos por pelegos e totalmente dependentes do imposto sindical. Estes sindicatos, parcialmente democratizados pela atuação de oposições e diretorias combativas, começam a ser utilizados como instrumentos de luta pelos trabalhadores. A atual correlação de forças na sociedade e a ineficácia da intervenção em sindicatos como força de debilitamento das lutas têm impedido a continuidade da cassação de dirigentes combativos pelo Ministério do Trabalho. Mas os síndica-

tos, mesmo sob direções classistas e parcialmente democratizados, não têm ainda assegurada sua independência em relação ao Estado.

Isto é muito grave, porque os sindicatos ainda são hoje a grande referência de organização do proletariado para as lutas. A organização por local de trabalho ainda é muito inicial. A CUT é uma referência importante, mas somente em alguns poucos locais organiza os trabalhadores na base do movimento, a nível regional e sub-regional. A CUT ainda é, na prática, principalmente uma federação de sindicatos e sua estrutura e capacidade de luta está diretamente relacionada aos aparelhos sindicais que dirige. Isto corresponde a um nível de organização sindical ainda bastante precário (apesar de todos os avanços obtidos), porque as lutas têm que ser organizadas desde fora dos locais de trabalho e quase sempre se situam no limite corporativo, não se colocando como lutas de toda a classe. Um grande avanço neste sentido já foram as greves nacionais realizadas por algumas categorias dos trabalhadores.

Instrumentos indispensáveis

Por maiores que sejam as debilidades dos sindicatos no Brasil, eles são um instrumento indispensável. São, na sociedade capitalista, a organização de massa permanente dos trabalhadores para a defesa de seus interesses imediatos. Eles se baseiam no fato de que o capitalismo, como modo de produção mercantil generalizado, transformou a força de trabalho em mercadoria. Ora, na medida em que o sindicato consegue, por sua força organizacional, constituir um monopólio do mercado de trabalho frente aos patrões e dessa forma limitar a concorrência entre os trabalhadores, ele contribui diretamente para elevar os salários, reduzir a jornada e melhorar as condições de trabalho.

Toda ofensiva patronal visa justamente reintroduzir a concorrência entre os trabalhadores e enfraquecer o sindicato. Este papel elementar mas fundamental do sindicato implica em um outro: o sindicato é uma escola de solidariedade entre os trabalhadores. Porque um verdadeiro sindicato não existe sem luta. E a luta significa justamente substituir a solução individual pelo comportamento coletivo. A construção de um forte movimento sindical é uma contribuição essencial para formação da consciência de classe: aqui os trabalhadores, lá os patrões.

É a partir desta consciência sindical elementar que milhões de trabalhadores podem desenvolver, através de experiências uma consciência mais política reforçando a confiança dos trabalhadores em sua própria força, organização e unidade.



Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha

Novo impulso contra a dívida

Um balanço político do maior encontro da história do sindicalismo continental revela grandes avanços, polêmicas importantes e o muito que se tem ainda que percorrer na construção da unidade

Américo Bernardes

Entre os dias 18 e 21 de maio passado, com a participação de cerca de 250 sindicalistas, representando 56 centrais sindicais e organizações de trabalhadores de todos os países da América Latina e Caribe, foi realizada a Conferência Sindical Latino-americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, na Universidade de Campinas — UNICAMP. Foi o encontro mais importante de trabalhadores realizado no continente nos últimos anos.

Nesta Conferência estiveram reunidas centrais de todos os países, com exceção da Argentina. A CGT-Ra não compareceu, mas estiveram presentes várias organizações sindicais do país, representando praticamente todos os setores da oposição do movimento sindical argentino. Além disto, apesar da tentativa de boicote da Ciosl-Orit, compareceram centrais de todos os setores políticos. Por contar com uma participação tão significativa, a Conferência abre possibilidades concretas para construção de bases para a unificação das lutas mais gerais dos trabalhadores latino-americanos e caribenhos.

Jornadas contra a dívida

Isto pode ser concretizado a partir das deliberações desta Conferência.

As centrais presentes definiram a semana de 11 a 17 de outubro deste ano como o período das Jornadas de Luta contra a Dívida Externa e o dia 15 de outubro como o próximo *Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa*, a exemplo da deliberação tomada na Conferência de Havana em 85 (só que em Havana foi aprovada data de 23 de outubro; por pressões da CLAT, a data de agora ficou sendo a de 15 de outubro).

Além disto, o ano de 1988 foi definido como *Ano Internacional de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa*. Trata-se de uma proposta que será encaminhada às centrais mundiais para que haja um assumimento internacional. Também em 1988 deverá ser realizada uma *Conferência Sindical Internacional* sobre o tema, em que estejam representados trabalhadores do mundo inteiro para debater e encaminhar esta luta.

Outra resolução de grande relevância é a adoção de uma única palavra de ordem, — *contra o pagamento da dívida externa* — a ser utilizada nesta campanha continental. Isto já representa um avanço significativo para um movimento tão dividido.

Mais importante que a definição de um calendário de lutas ou mesmo da unificação da palavra de ordem central da luta contra a dívida externa, é o fato de se criar uma *Comissão Transitória Coordenadora*, com a tarefa de encaminhar as propostas aprovadas até a Conferência de 1988, formada pelas centrais que convocaram a Conferência: CUT e CGT do Brasil, PIT/CNT do Uruguai e COB da Bolívia, mais a CUT da Colômbia, CATI do Panamá e CGT da República Dominicana. Futuramente, as três Centrais Regionais — a CLAT, a ORIT e o Cpostal poderão designar, cada uma, um central para fazer parte da comissão.

Fórum continental

Na verdade, esta comissão representa o *primeiro fórum amplo com capacidade de dirigir uma luta comum a todos os trabalhadores do continente* nas últimas décadas. Isto pode significar a possibilidade de um projeto que vise a construção de um organismo continental que centralize as principais lutas dos trabalhadores, algo como uma central sindical continental, diferente das regionais que existem hoje, não só pelo fato de ser pluralista, mas por ter a capacidade de abarcar as centrais independentes (não filiadas). Estas representam uma parcela substancial do movimento sindical (como exemplo temos as centrais do Brasil — CUT e GGT, o

PIT/CNT, e COB, únicas centrais do Uruguai e Bolívia, a CUT da Colômbia, central que reúne perto de 90% do movimento sindical colombiano).

Não se trata de um sonho longínquo. Durante a Conferência, a CUT fez uma pesquisa (cujos resultados ainda não foram divulgados), em que foi perguntado aos representantes das centrais presentes sua posição sobre a criação de uma central unitária no continente. Já se começa a aventar a possibilidade de realização de um Congresso Unitário para o ano que vem. A dinâmica de lutas no continente, em particular o processo de unificação em torno da questão da Dívida Externa, poderão ser fatores de aceleração deste processo.

A difícil unidade

Contudo, se a dívida externa representa um fator objetivo de unidade na luta do movimento sindical latino-americano, isto não tem ocorrido sem colocar problemas importantes.

A principal dificuldade tem se situado na posição da Ciosl-Orit, que não aceita participar de fóruns amplos, a não ser os convocados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste sentido, a orientação da Ciosl-Orit as suas filiadas vai no sentido de não participação nestes fóruns mais amplos. Isto fez com que a CGT da Ar-

gentina, cujo Secretário-Geral, Saul Ubaldini, é vice-presidente internacional da Ciosl, a CTV da Venezuela e a CTM do México não comparecessem à Conferência.

Estes setores, que representam as posições mais "moderadas" do movimento sindical no continente (e onde também está presente o que há de mais burocratizado em alguns países) não aceitam a confrontação de suas posições com o conjunto do movimento. A postura da Ciosl-Orit em relação à questão da dívida externa tem sido a de criar condições para as negociações da dívida, com base em políticas econômicas de crescimento dos países subdesenvolvidos do continente.

Estas posições têm feito com que a área de influência da Ciosl-Orit se restrinja ao que há de mais atrasado no interior do movimento sindical. Isto tem criado inclusive dificuldades no seu relacionamento com as centrais independentes. Na tentativa de reverter este quadro, a Ciosl-Orit organizou a Conferência Sindical do Cone Sul, em que foi criada a Coordenadora Sindical do Cone Sul (com a participação de todas as centrais da região não vinculadas a nenhuma regional ou mundial). Também em Buenos Aires, na mesma época, realizou-se a Conferência da Ciosl sobre dívida externa, em que se esboçaram modificações em algumas de suas posições tradicionais. Contudo, a sua negativa em apoiar a Conferência do Brasil, revela uma profunda incompreensão sobre o caráter da luta sindical continental. Mais ainda, isto significará um grande isolamento da Ciosl-Orit no continente, abrindo espaços para posições mais avançadas.

Estas dificuldades quase que chegaram a comprometer a própria realização da Conferência. No processo inicial de preparação, quando aconteciam os processos de discussão entre as quatro convocantes, a CGT do Brasil apresentou a posição de que só se manteria no processo se fosse garantida a participação da CGT da Argentina e o apoio da Ciosl. Foi a ação da CUT, reafirmando a convocação da Conferência e garantindo a continuidade da preparação que arrastou setores que vacilaram diante da negativa da Ciosl em participar. Esta política, de *ampliar a convocação e abrir espaços para a participação de todos os setores, ao mesmo tempo que não condicione a ação dos trabalhadores à vacilação das direções mais atrasadas*, foi um dos elementos centrais para garantir o sucesso da Conferência.

(continuação na pág. 10)

As correntes sindicais na América Latina

O movimento sindical na América Latina e Caribe está dividido em três setores organizados a partir das centrais sindicais mundiais e várias centrais independentes (não filiadas). Cada central mundial tem no continente uma central regional. As centrais são as seguintes:

* A Federação Sindical Mundial (FSM) cuja sede está em Praga, na Tchecoslováquia e que segue em linhas gerais a política da União Soviética para o movimento sindical. Sua regional (que não funciona formalmente como regional) é o Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (Cpostal).

A FSM tem grande influência nos movimentos sindicais de praticamente todos os países da América Latina, exceto o Brasil, Argentina, México e Venezuela. Sua principal referência no continente é a Central dos Trabalhadores de Cuba — CTC.

A política geral implementada no continente por estes setores combina elementos contraditórios de enfrentamentos, em alguns países, com os governos locais, sem, no entanto, oferecer uma alternativa global a nível continental.

* A Confederação Internacional de

Organizações Sindicais Livres (CIOSL) tem sua sede em Bruxelas na Bélgica e sua regional é a Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (ORIT), que representa centrais sindicais das três Américas. A política geral da Ciosl representa as políticas da social-democracia a nível internacional, sendo que no seu interior há uma disputa constante entre a social-democracia européia e as posições da central norte-americana (AFLCIO), que apóia o Partido Democrata nos EUA.

As principais referências no continente são a CGT — Argentina, a CTM do México e a CTV da Venezuela. A política geral da Ciosl-Orit vai no sentido de conciliação de classes, em muitos momentos com fortes traços de anticomunismo.

* A Confederação Mundial do Trabalho (CMT) tem sua sede também em Bruxelas e sua origem no sindicalismo da democracia cristã. Sua regional é a Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT) e tem pequena influência em vários países; sua linha política geral no continente trabalha no sentido da conciliação, mas tem tido uma postura de participação em eventos amplos.

(continuação da pág. 9)

Classismo contra a dívida

Apesar de significar um avanço neste processo de luta, a Conferência deixou

uma lacuna importante. Por pressão de setores vinculados à FSM (que conta com grande influência no continente), foi retirada da declaração final uma condenação explícita aos governos do continente que são os responsáveis pela aplicação das políticas de recessão e miséria, ou seja, pela aplicação das políticas ditadas pelo FMI e outros organismos internacionais. Esta lacuna reflete uma compreensão de se criar condições para que o enfrentamento seja fundamentalmente entre os governos dos países subdesenvolvidos e o imperialismo americano.

Na verdade, é a partir da ação destes governos que fluem as políticas de austeridade ditadas pelo FMI. Desta forma, a exigência de uma Nova Ordem Econômica Intersindical que se coloque apenas como a modificação das relações comerciais Norte-Sul é insuficiente para armar os trabalhadores para este combate. Qualquer ação eficaz deve partir do reconhecimento do pa-

pel fundamental que terão os trabalhadores e suas organizações nesta luta, colocando alternativas que levem o combate contra o imperialismo e os governos que garantem suas políticas. A Conferência chega a colocar algumas questões importantes, mas não formula uma política de conjunto que tenha como objetivo a apresentação de uma alternativa global sobre a questão da dívida.

O papel da CUT

Se a intervenção firme da CUT foi fator essencial para a realização da Conferência, que contou com um grande apoio de centrais independentes e de centrais vinculadas à FSM (notadamente um grande apoio político da CTC de Cuba), sua participação na Conferência se deu aquém de sua capacidade de polarização (até mesmo se levarmos em conta o acúmulo já existente no interior da CUT, em particular de seu último Congresso Nacional).

A partir de agora, a CUT deverá ser um dos principais motores para garantir a aplicação das deliberações da Conferência, no sentido de manter o funcionamento da Comissão Transitória Coordenadora, de desenvolver uma campanha contra a dívida externa a nível do país (que já consta como uma de suas bandeiras centrais de luta) e de jogar peso no processo de retomada da ofensiva dos trabalhadores como vanguarda desta luta a nível do continente.

Vários setores do movimento sindical estão sensíveis a estas questões, principalmente nestes momentos em que se agrava a ofensiva do imperialismo. Construir uma ampla hegemonia classista será um fator fundamental e que colocará na ordem do dia as bases para a construção de um organismo unitário na América Latina e Caribe.

O que não foi dito

O SUBMUNDO EXTERNA

Isaac Akcelrud

O escândalo do Irangate (venda clandestina de armas ao Iran pelo governo americano) logo se acoplou com o Contragate (fornecimento de armas e fundos aos "contras" nicaraguenses também ao arrepio das leis americanas). Desafiando a evidência das ilegalidades, da corrupção e falsidade da conduta internacional dos Estados Unidos, as autoridades americanas montaram uma gigantesca operação de desinformação em escala mundial:

1 — O que era, na verdade, uma denúncia do verdadeiro caráter da política externa americana foi reduzido a uma querela técnica sobre a conduta de alguns altos funcionários. Não se discutiu o *quê* foi feito mas *como* procederam os auxiliares de Ronald Reagan. Assim, o intervencionismo americano foi retirado do banco dos réus.

2 — Esta manobra abriu caminho a uma outra ainda mais audaciosa, transformando um sinal gritante da degenerescência do principal país capitalista em ostentação da "pujança democrática" vigente nos EUA.

Entretanto, os dados publicados pela própria imprensa americana permitem recompor o quadro, pelo menos parcialmente, e restabelecer a verdade, no essencial. É o que tentamos fazer, embora resumidamente.

Quem denunciou

O primeiro ponto a destacar é o fato de que a denúncia das ilegalidades não se deveu à vigilância democrática de nenhum dispositivo do sistema americano. Todas as denúncias vieram de fora e sua repercussão obrigou o governo a enfrentar uma situação de fato. São estas as três fontes principais da denúncia:

1 — O jornal libanês *Al-Shiraa* (edição de 03.11.86) revelou a viagem secreta do Robert MacFarlane, presidente do Conselho Nacional de Segurança dos EUA e confidente de Reagan, a Teheran. Isto ocorreu em maio de 1986.

2 — O presidente do parlamento iraniano, Rafsanjani, confirma a reportagem. Avisa que as conversações foram gravadas.

3 — O exército sandinista derrubou um avião da CIA e capturou seu piloto, o mercenário Hasenfus, que contou o resto da história. O dinheiro da venda secreta e ilegal de armas ao Iran era parte importante do financiamento igualmente ilegal e clandestino da contra-revolução organizada, armada e comandada pelos Estados Unidos, sob orientação pessoal e direta do presiden-



A captura do mercenário Eugene Hasenfus fez eclodir uma série de revelações sobre a guerra suja de Washington.

te Reagan, para derrubar o regime sandinista.

Foi a denúncia internacional que ajudou a opinião americana a dar-se conta do logro a que estava sujeita pelas "ações encobertas" do governo.

Limites do desafio

A alegação pró-americana mais difundida invoca a possibilidade dos cidadãos poderem desafiar e acusar o próprio presidente. Democracia de ponta a ponta. Publicidade completa aos mais secretos mecanismos do poder.

Na realidade, nem todos os mecanismos internos do poder são abertos ao exame público. Os principais implicados, inclusive, usaram do direto constitucional de negar-se a depor, pois "ninguém pode ser obrigado a fazer uma confissão que o incrimine". Nem todos os jornalistas tiveram e têm acesso a todos os documentos. Os inquéritos parlamentares, inclusive, estão sob controle dos partido Republicano e Democrático, ambos igualmente comprometidos com a política externa do governo. Por isso mesmo, a conhecida ditadura das oligarquias partidárias nos Estados Unidos toma todo o cuidado

para que sejam discutidas questões de procedimento e não o conteúdo e o mérito dos problemas levantados. Toda a barulheira em torno dos inquéritos e depoimentos apenas esconde o principal. É uma forma refinada de engano. É por isto que a comissão de inquérito não questionou a política intervencionista de Reagan. Limitou-se a recomendar mais "profissionalismo", como quem diz: "da próxima vez, mais cuidado nessas coisas".

Não é por outra razão, que mesmo depois da revelação de escabrosos detalhes do escândalo, o Congresso americano liberou mais 40 milhões de dólares como "ajuda humanitária" aos "contras". O que é e em que consiste essa "ajuda humanitária" foi logo em seguida exemplificado pelo assassinato do jovem engenheiro americano Ben Linder que ajudava na construção duma rede de eletricidade na Nicarágua, vítima do terrorismo dos "contras".

Relação parcial dos crimes

Um resumo dos resumos alinha alguns dos crimes mais em evidência (estamos ainda muito longe duma revelação completa), perpetrados pelo banditismo estatal norte-americano. Por exemplo:

sobre o Irangate/Contragate

DA POLÍTICA AMERICANA

1 — *Orçamento secreto da CIA* — O dinheiro obtido com a venda secreta e ilegal de armas era depositado em conta numerada na Suíça. Não se trata apenas de financiar a contra-revolução na Nicarágua. Estamos, na realidade, diante dum formidável orçamento paralelo, não votado pelo Congresso e inteiramente à revelia do contribuinte e eleitor americano. Esse orçamento ignorado pelo povo e usado pelo governo para as despesas da "Unita" em Angola, da "Renamo" (bandos armados da direita) em Moçambique, de certos grupos fundamentalistas afegãos, dos bandos armados na fronteira do Camboja, dos esquadrões da morte em El Salvador e assim por diante.

2 — *Cocaina, maconha & Cia* — O tráfico de drogas é uma fonte de renda da contra-revolução na Nicarágua. A droga vai da América Latina para os Estados Unidos, usando os aeroportos da CIA em Honduras e El Salvador.

3 — *Coleta mundial de fundos* — O coronel North, do Conselho de Segurança Nacional, era o chefe da receita e principal agente coletor duma campanha mundial de fundos. Administrou enormes fundos, cujo montante real permanece desconhecido até hoje. Homens de negócios americanos chegaram ao cúmulo de abater suas contribuições do imposto de renda, contabilizando-as como doação beneficente. Os sultões do petróleo, os príncipes sauditas, banqueiros de diversos países contribuíram através de organizações da alta picaretagem internacional. Até um empréstimo de banqueiros canadenses foi feito para financiar os "contras" para ser pago com as vendas ao Irã. Mas os aitolás atrasaram o pagamento e os banqueiros canadenses protestaram.

4 — *Terrorismo no Líbano* — Foi com esses recursos escusos que a CIA organizou e treinou os terroristas que colocaram um carro-bomba, em março de 1985, em Beirute, diante da casa de Mohamed Hussein Fadlallah, líder religioso Chliita. Morreram 92 pessoas. Mais de duzentas ficaram feridas.

5 — *Papel dos militaristas israelenses* — As transas dos serviços secretos americanos com o terrorismo internacional transformaram os seqüestros num negócio. Essa hipocrisia envolve também os militaristas israelenses, que foram os intermediários em todo esse imundo negócio de armas.

O armamento saiu das bases americanas nos Estados Unidos, na Itália e na Turquia, seguindo para o Irã via Israel. Essa cumplicidade serviu para encaminhar a venda a peso de ouro da sucata militar israelense (equipamento

O cenário brilhante da "democracia americana" que se montou em torno o caso Irangate/Contragate, enaltecido pela imprensa burguesa no Brasil, escamoteia o grande submundo da política externa imperialista, que opera fora do controle e à revelia do povo americano.

soviético obsoleto capturado aos comandos palestinos).

Os inquéritos, demissões, discursos parlamentares, editoriais jornalísticos não exigem a condenação dessa política. Toda a "democracia" americana cuida apenas de evitar os erros na execução. Até aí vai a liberdade.

Síndrome do Vietnam

Depois da vergonhosa derrota no Vietnam, a opinião americana tornou-se particularmente sensível a envolvimento em assuntos externos que possam resultar em novas ações militares com seu rol inevitável de mortos, mutilados e atrocidades de toda ordem. É a síndrome do Vietnam. As iniciativas da CIA não teriam respaldo público de



Funeral de Ben Linder em 30 de abril na cidade de Matagalpa

espécie alguma. Nem tão pouco poderiam contar com o apoio público dos aliados dos Estados Unidos. A única saída são as ações encobertas, a guerra secreta, a diplomacia clandestina ao amparo de orçamentos ilegais e fora de qualquer controle. É a ditadura dos serviços de informação.

Desse modo, o que já se sabe existir como "ações encobertas" é uma das peças centrais da política externa americana. O real exercício dos direitos de-

mocráticos do povo americano exigia o questionamento dessa política externa, o julgamento dessa diplomacia e não apenas o "profissionalismo" de seus executantes.

Isto explica também as razões pelas quais o escândalo de Watergate acabou derrubando Nixon do poder e o escândalo de Irangate mantém Reagan na Casa Branca. É que Watergate foi a culminação dum confronto da rivalidade entre republicanos e democratas na disputa do poder interno, nos Estados Unidos, enquanto o Irangate se relaciona com a política externa. Nas questões do poder doméstico, republicanos e democratas competem ferozmente entre si. Mas quando se trata do poder no exterior, republicanos e democratas estão unidos e coesos na defesa do capital imperialista dos interesses dos grandes banqueiros e das multinacionais. É o consenso na política externa, a diplomacia bipartidária.

Os orçamentos secretos e as guerras disfarçadas são uma experiência americana que vai difundindo. O Pentágono financia centenas de jornais nos Estados Unidos. A CIA controla numerosas empresas que lhe servem de cobertura. Orçamento de serviço secreto é só para "uso interno", como mostra o exemplo do SNI, no Brasil, onde tivemos até decretos em sigilo durante a ditadura militar. E recentemente foi revelado, no Brasil, a existência de contas bancárias secretas de algumas instituições militares.

— manter a hegemonia americana no mundo capitalista com base na superioridade nuclear e na contra-insurgência;

— preservar o apartheid na África do Sul pelo maior espaço de tempo possível;

— assegurar uma "transição branca" que preserve e mantenha ao máximo o poder de árbitro político dos militares nas Filipinas, no Haiti, no Brasil, na Argentina, etc.

Êxitos e fracassos

Essa política externa do imperialismo americano pode ostentar alguns êxitos, mas não consegue mais esconder os fracassos. Ainda ilude amplos segmentos do povo americano, mas não logra calar os protestos contra a intervenção na América Central (100 mil manifestantes em Nova York, em abril deste ano, 70 mil em São Francisco) ou o crescente repúdio do movimento negro contra o apoio ao apartheid.

O imperialismo americano não conseguiu derrubar o regime sandinista nem foi capaz de instalar um governo fantoche em território nicaraguense, mas também é verdade que impediu o desenvolvimento do país, atrasou a construção do progresso econômico, cultural, social e político da Nicarágua.

O mesmo vale para El Salvador, onde a intervenção americana foi impotente para aniquilar a valente guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Mas também é certo que chegou a impedir um triunfo da luta armada que já esteve ao alcance da mão do povo salvadoreño.

Também é certo que no Oriente Médio os americanos perderam posições e até hoje não conseguiram um substituto para o deposto Sha Rhexa Pahlevi, do Irã. Mas vêm tendo êxito na manutenção do clima de guerra e rivalidade que joga os povos uns contra outros e conserva as oligarquias feudais e entreguistas no poder.

Já é discernível no horizonte político americano uma resistência popular ascendente a essa política de guerra, assim como não é mais possível esconder que a indústria americana está sendo batida pelos competidores capitalistas japoneses e alemães. O país tornou-se o maior devedor do mundo e a militarização imposta pela política da "guerra nas estrelas" pode conduzir os Estados Unidos à bancarrota.

A política externa americana está cheia de furos e contradições. O escândalo Irangate nos permite revelar boa parte delas.

EM TEMPO DEZ ANOS

Na edição passada lançamos a campanha "EM TEMPO faz dez anos", com o objetivo de garantir a continuidade na circulação deste jornal que completará dez anos no próximo semestre.

Esta campanha, lançada aos apoiadores e simpatizantes do jornal e mesmo àqueles que divergindo de nossas posições, compreendem o papel que a imprensa de esquerda tem cumprido no processo recente da luta de classes do Brasil, tem como objetivo a ampliação das assinaturas do jornal, a regularização no seu funcionamento administrativo, e a obtenção de meios materiais fundamentais para garantir esta continuidade.

Um jornal essencial

Mais do que garantir a circulação de um órgão de esquerda, que já tem uma tradição de quase dez anos de luta, reconhecida por praticamente todos os setores da esquerda brasileira, em particular pelos companheiros que lutaram conosco na campanha contra a repressão política e pela anistia, no processo de construção do PT e da CUT, esta campanha parte da compreensão de que o EM TEMPO é um instrumento central, uma ferramenta insubstituível no processo de construção de um partido revolucionário em nosso país.

Não se trata simplesmente de garantir a saída de um jornal de esquerda. É verdade que só isto já tem um significado muito grande em nosso país. Trata-se de garantir um veículo de expressão de posições que objetivam a revolução em nosso país e que tem se colocado, desde o início, comprometido com o que há de mais autêntico neste processo: a construção do Partido dos Trabalhadores.

Iniciada em todo país uma campanha nacional pela manutenção e melhoria do jornal Em Tempo

O EM TEMPO, ao veicular posições revolucionárias no interior do PT e da CUT, ao enfrentar o debate e mesmo provocá-lo torna-se um veículo básico para que este debate se fortaleça. Não se trata, em hipótese alguma, de pretender substituir a possibilidade de saída de um jornal do PT — instrumento de vital importância para que o Partido avance na perspectiva de vanguarda das mais amplas massas trabalhadoras em nosso país. Muito menos temos pretendido querer esgotar os debates ou mesmo nos reivindicar possuidores da "verdade revolucionária".

Enquanto companheiros que têm uma elaboração política e uma contribuição inegavelmente importante a dar neste processo, o que temos sempre almejado é o clareamento de posições e o avanço do Partido dos Trabalhadores.

Como dissemos em nossa edição passada: "A função do jornal EM TEMPO como expressão de uma corrente marxista revolucionária no interior do Partido, deve ser o de analisar, propor e debater diretrizes de atuação, contribuir para a formação política e para o entendimento dos grandes fatos da luta de classes, nacionais e internacionais. A sua atenção permanente é de travar um diálogo político, aberto e não sectário, com toda a vanguarda ampla de militantes e ativistas que participam da construção do PT e da CUT".

Um jornal essencial e viável

A campanha iniciada em nossa última edição ainda está no começo. O aumento de circulação do jornal, de ampliação das vendas de assinaturas ainda é pequeno, principalmente se tomamos em conta o aumento brutal de custos no último período. Inclusive, forçados por estes aumentos é que fomos obrigados a aumentar o custo de capa da edição (conseqüentemente o da assinatura) e manter o jornal em suas 12 páginas.

Êxito da campanha

É necessário que os apoiadores do jornal e aqueles que simpatizam com nossas posições se dediquem firmemente a esta tarefa que é a de garantir a continuidade de nossa imprensa, seu fortalecimento e sua capacidade de manter e ampliar o debate no interior da vanguarda petista e cutista.

No mês passado, no dia 13 de maio, foi realizado um debate em Porto Alegre — RS, como evento de lançamento da campanha. O debate se deu sobre o tema "Onde vai Gorbachev?" e contou com a participação de cerca de 350 pessoas, demonstrando que há na vanguarda do PT e da CUT um grande interesse por temas que consideramos de grande importância para a formação das direções do movimento operário e popular. O companheiro Raul Pont, deputado estadual do PT no Rio Grande do Sul e membro de nosso Conselho Editorial, afirmou, após o debate que "esta iniciativa mostra, sem dúvida, que a campanha que lançamos pode ser uma contribuição séria à formação da militância do partido. Seria importante que em todos os estados onde existem apoiadores do EM TEMPO fossem

realizadas atividades deste tipo. Será a partir destas iniciativas políticas que conseguiremos ampliar o número de pessoas que verão que o nosso jornal é importante e deve ser mantido".

Outros estados

Com base nesta experiência exitosa realizada em Porto Alegre, vários companheiros já começam a se mobilizar para que este tipo de acontecimento se realize em outros estados. Os companheiros de São Paulo estão pensando em realizar um ciclo de debates sobre a questão da mulher para setembro, mais próximo à data de comemoração dos dez anos. Em agosto vamos realizar no Rio de Janeiro um debate sobre política sindical e a atual situação do movimento sindical. Em Minas Gerais, os companheiros, após a vitória expressiva obtida no sindicato dos bancários, estão trabalhando para a realização de um ciclo de debates sobre as posições políticas defendidas pelo jornal.

A programação de debates já é um começo importante. Devemos garantir sua realização, no sentido de manter o compromisso amplo com nossos leitores.

Contudo, o compromisso político deve se expressar também concretamente na garantia de sucesso material da campanha. Se ainda estamos no início e a campanha começa a dar sinais de esquentamento, devemos assumir claramente um compromisso em levá-la adiante, efetivando os meios essenciais para uma grande comemoração dos dez anos no segundo semestre deste ano, garantindo plenamente a continuidade do nosso jornal.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Alvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar **Em Tempo** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 400,00 () Normal: Cz\$ 300,00

Nome:.....

Endereço:.....

CEP:.....Cidade:.....Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com **cheque nominal** à Editora Aparte Ltda., Rua Francisco Leitão, n.º 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.

VEM AÍ:

Série Democracia Socialista

Documentos, textos, resoluções
políticas essenciais para a formação
marxista revolucionária e a intervenção
na luta de classes. Aguarde.